

O PERFIL PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO*

por

Fernanda Ribeiro**

Resumo: Analisam-se os contextos tradicionais e os conteúdos que têm caracterizado a formação dos arquivistas, inserindo esta problemática no paradigma dominante da Arquivística, herdeiro das concepções e do modelo surgido após a Revolução Francesa. Esta visão é discutida e criticada à luz de um novo paradigma emergente por força das condições sociais, económicas, culturais e tecnológicas da Sociedade da Informação. Daí decorre uma nova concepção que entende a Arquivística como uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação, centrando-se esta no objecto *Informação* e apresentando-se como um campo uno e transdisciplinar, que convoca, naturalmente, outras disciplinas numa proveitosa interdisciplinaridade.

Partindo dos pressupostos teóricos fundadores da Ciência da Informação e dos contextos profissionais que se desenham em plena Sociedade da Informação, delinea-se o perfil do profissional que terá, hoje, de ser não mais um guardador de documentos, mas sim um gestor de informação em qualquer contexto orgânico produtor de fluxo informacional.

Palavras-chave: Ciência da Informação; formação dos arquivistas; profissional da Informação.

1. A formação e o perfil profissional do arquivista à luz do paradigma tradicional

Embora o termo “arquivista” seja uma criação relativamente recente, a prática e o exercício profissional que lhe são inerentes remontam a épocas bem recuadas, *grosso modo* conotadas com o aparecimento da escrita, cerca de seis milénios a. C. Nas origens, os repositórios de informação não tinham propriamente a designação

* Este texto corresponde a uma intervenção oral, proferida na Universidade Portucalense, em Abril de 2004, no âmbito das “VI Jornadas Luso-Caboverdianas em Ciências Sociais – Portugal e Cabo Verde: dois povos, duas nações – uma história comum”.

** Professora Auxiliar, Secção de Ciência da Informação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

de “arquivos”, nem os responsáveis pela guarda, conservação e disponibilização dos registos de informação eram designados por “arquivistas”. À luz da conceptualização e terminologia actuais seria apropriado falarmos da existência de *sistemas de informação* desde os tempos mais remotos, sem uma distinção clara entre “arquivo” e “biblioteca”, que só acontece bastante mais tardiamente, nem uma profissionalização dos responsáveis pelos núcleos informacionais que as administrações públicas e privadas iam gerando e acumulando no exercício das suas actividades.

Ao longo dos tempos, com a complexificação da sociedade, das estruturas sociais e de poder e com o aumento da literacia, a produção de informação e a necessidade de a registar para melhor potenciar o seu uso *a posteriori*, foi desenvolvendo uma prática dita arquivística (e também biblioteconómica) que passou a consubstanciar um saber de experiência feito e a dar sentido ao exercício de uma profissão.

O nascimento da Arquivística como disciplina só verdadeiramente pode considerar-se efectivo no século XIX, correspondendo a um amadurecimento do saber empírico milenar e a uma reflexão sobre a prática, com o objectivo de a racionalizar, orientar e, depois, fundamentar de um ponto de vista teórico. Com efeito, a Arquivística é um produto da modernidade e todo o quadro epistemológico que a enforma só foi modelado após a Revolução Francesa. Até então, os arquivos haviam sofrido uma evolução sem sobressaltos e a prática arquivística ganhara expressão em conformidade, ou seja, seguira um percurso que podemos designar por linear. A revolução burguesa de 1789 veio desferir um golpe estrutural nos arquivos e a ideologia liberal, nomeadamente com a emergência do Estado-Nação, estabeleceu uma nova matriz que haveria de consolidar-se de forma paradigmática, ao longo das duas centúrias seguintes, com tal peso que, ainda hoje, se pode considerar que é esse o paradigma dominante, pese embora a crise evidente em que se encontra¹.

A nacionalização dos bens das classes detentoras do poder no Antigo Regime e, por arrasto, a passagem para a posse do Estado dos títulos e demais documentos imprescindíveis à gestão administrativo-financeira de tais bens, foram as razões determinantes para o surgimento, em França, de uma nova “figura” arquivística – os Archives Nationales –, encarregada de custodiar e gerir a informação/documentação nacionalizada. Nasce assim, por decreto, um arquivo que não é um sistema de informação, mas sim uma instituição/serviço que vai ser, acima de tudo, gestora de informação pré-existente e que foi descontextualizada, isto é, retirada do seu *habitat* original para continuar a ser usada, é um facto, mas já não pelos respectivos produtores.

¹ A este propósito, ver: RIBEIRO, Fernanda – Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science: international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310.

O modelo francês, caracterizado pela existência de um organismo estatal tutelando os arquivos, onde passou a desempenhar funções um profissional formado especificamente para esse efeito – o arquivista-paleógrafo treinado na *École Nationale des Chartes*, instituída em 1821² –, e assente no conceito de “fundo” formulado por Natalis de Wailly em 1841³, para impor alguma ordem no caos que se gerara após as incorporações em massa de documentação nos *Archives Nationales*, rapidamente se replicou em outros países da Europa e passou a constituir a matriz de referência.

O desenvolvimento da Ciência Histórica e do Positivismo, na segunda metade de Oitocentos e, por inerência, a importância dada ao “documento” como base fundamental para a interpretação e crítica historiográficas, veio colocar os arquivos numa posição instrumental face aos interesses dos historiadores, empenhados em escrever a História das nações⁴. Desta forma, a Arquivística, de par com outras disciplinas, como a Diplomática, a Paleografia, a Numismática ou a Sigilografia converte-se numa “ciência auxiliar”, passando a ter sentido apenas no quadro da Ciência Histórica, a “verdadeira ciência”. E o arquivista ganha também um estatuto de “auxiliar” do historiador, lendo, transcrevendo, catalogando e indexando os documentos de que este precisa para a sua nobre missão. Começa, pois, a consolidar-se o paradigma custodial e historicista de que, ainda hoje, a Arquivística não se libertou totalmente.

Mas, se por um lado, os arquivos ditos históricos, incorporadores da memória nacional, ganhavam cada vez maior importância e se tornavam progressivamente na

² À semelhança da *École des Chartes*, outras instituições foram surgindo em diversos países, privilegiando o ensino da Paleografia e da Diplomática como matérias essenciais na formação do arquivista. O *Institut für Österreichische Geschichtsforschung*, instituído em Viena, em 1854, a *Escuela de Diplomática de Madrid*, criada em 1856, ou a *Scuola di Paleografia e Diplomatica*, surgida em Florença, em 1857, são alguns dos exemplos mais significativos.

³ A formulação de Natalis de Wailly consubstancia o que ficou conhecido como “princípio de respeito pelos fundos” e teve expressão através das *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*, promulgadas a 24 de Abril de 1841. Sobre o assunto, ver, por exemplo: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0483-3. cap. 2, p. 107-110; MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz – *La Construcción teórica en Archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III; Boletín Oficial del Estado, 1996. ISBN 84-340-0898-X.

⁴ Como exemplo da importância dada às fontes documentais, pode-se referir a famosa colectânea alemã *Monumenta Germaniae Historica inde ab anno Christi quingentesimo usque ad annum 1500*, publicada sob a orientação de Jorge Henrique Pertz, que inspirou idêntica obra, no nosso País, sob o título *Portugaliae Monumenta Historica*, onde foram transcritos muitos dos documentos reunidos por Alexandre Herculano, aquando das visitas que efectuou a variados cartórios do Reino, sob os auspícios da Academia das Ciências (a este propósito, veja-se: HERCULANO, Alexandre – *Do Estado dos Archivos ecclesiasticos do Reino e do direito do Governo em relação aos documentos ainda nelles existentes: projecto de consulta submettido à segunda classe da Academia Real das Sciencias*: 1857. In *Opusculos*. 2ª ed. Lisboa: Em Casa da Viuva Bertrand & Cª, 1873. tomo 1, p. 207-251).

face visível da Arquivística, por outro, a actividade humana e social, particularmente no seio das administrações públicas, continuava o seu fluxo contínuo, gerador de informação, que se acumulava progressivamente, exigindo meios para tornar mais eficazes o acesso e a recuperação. No contexto dos organismos produtores, a percepção de que era necessário criar modelos de organização e representação da informação foi o *leit motiv* suficiente para o aparecimento do célebre “Manual dos Arquivistas Holandeses”⁵, em final do século XIX, obra que marca a entrada da Arquivística numa nova fase – a da acentuação da sua vertente técnica e de autonomização face à História.

As conjunturas sócio-económicas, políticas e culturais, que antecederam e mediaram as duas Guerras Mundiais, particularmente no que toca ao desenvolvimento tecnológico e ao acelerado crescimento da produção informacional, bem como a necessidade de valorização da informação administrativa como recurso importante para a gestão das organizações, criaram uma dicotomia entre os “arquivos históricos” (*archives*), ao serviço da cultura e da noção emergente de património, e os “arquivos correntes” (*records*) ao serviço das próprias entidades produtoras, opondo, de forma artificial, duas áreas profissionais que lidavam com o mesmo objecto de estudo e de trabalho.

Vivemos, ainda hoje, sob a influência deste modelo histórico-tecnicista, em que o reforço da componente técnica se tem acentuado, sobretudo nos tempos mais recentes, pelos esforços notórios em prol da normalização descritiva e terminológica⁶.

Todavia, a ênfase posta nos procedimentos técnicos (classificação, ordenação, descrição, etc.), só por si, não foi suficiente para conferir à Arquivística um estatuto de disciplina científica, pois a falta de fundamentação teórica e metodológica constituiu um forte *handicap* na afirmação de cientificidade. A Arquivística ganhou um espaço próprio como área de desempenho profissional, mas o paradigma histórico-tecnicista, que enformou a disciplina nos dois últimos séculos e que potenciou a sua autonomização técnica, acabou por constituir um factor de constrangimento, que não

⁵ MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. – *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Groningen: Erven B. van der Kamp., 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

⁶ Bons exemplos desta perspectiva podem colher-se na acção do Conselho Internacional de Arquivos, que estimulou a elaboração de vários instrumentos normalizadores, de que se salientam: *Dictionary of archival terminology: english and french with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish*. Compil. by Frank B. Evans, François-J. Himly, Peter Walne. München [etc.]: K. G. Saur, 1984; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards – *ISAD(G): general international standard archival description*. Ottawa: I. C. A., 1994; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards – *ISAAR(CPF): international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families*. Ottawa, I. C. A., 1996. (2ª ed.: 2004).

possibilitou o salto qualitativo necessário ao desenvolvimento disciplinar quando a “ameaça” tecnológica aos tradicionais documentos em suportes estáticos e a emergência da Sociedade da Informação começaram a colocar novos desafios. Num contexto informacional e tecnológico o paradigma tradicional entrou em crise, mas também desencadeou, no seu próprio seio, os factores de mudança necessários à superação da própria crise.

A decisiva “revolução discreta”, iniciada ainda no século XIX, do telégrafo, do telefone, da rádio, da fotografia, da televisão, dos computadores e das comunicações por satélite, enfim, a revolução da tecnologia em geral e sua simbiose com a própria informação, veio forjar a emergência de um novo paradigma. A resposta aos desafios, postos pela Sociedade da Informação exige, por conseguinte, renovadas competências para o arquivista, que só se adquirem se houver uma alteração radical nos modelos formativos e nos conteúdos curriculares que irão modelar perfis profissionais inovadores.

2. A mudança inevitável face aos desafios da Sociedade da Informação

A formação de arquivistas (e bibliotecários) começou por ser obtida em contexto de trabalho, ou seja, no seio das instituições (especialmente arquivos e bibliotecas nacionais) em que se exercia a profissão. A partir do século XIX, a nova perspectiva decorrente da Revolução Francesa e da ideologia liberal promoveu o aparecimento de escolas do tipo da *École des Chartes* e a formação dos profissionais passou a ter aí um *locus* privilegiado. Era uma formação de matriz historicista e erudita que traduzia, afinal, o modelo francês implantado com o Liberalismo.

Essencialmente a partir de finais de Oitocentos, uma outra via de formação ganhou especial incremento, em diversos países da Europa, com destaque para a França e o Reino Unido, exemplos que, mais tarde, foram seguidos em outros países, nomeadamente nos Estados Unidos da América. Tratava-se da formação conferida pelas associações profissionais, sendo de relevar, a título ilustrativo, o papel da *Association des Archivistes Français* (AAF) ou o da *Society of American Archivists* (SAA).

Foi também em finais do século XIX que teve início a formação universitária. Em Itália, universidades como a de Bolonha e a de Macerata começaram a introduzir o ensino da Arquivística, embora inserido em cursos de outras áreas, como a História ou a Jurisprudência⁷. Mas, apesar de um ou outro caso como

⁷ Carlo Malagola, professor da Universidade de Bolonha, nos anos 1895-1898, dá o título de “Arquivística” a uma parte das suas lições; na Universidade de Macerata, em 1898-1899, Ludovico Zdekauer publica um

estes⁸, a verdade é que a formação de nível universitário foi, durante ainda algumas décadas, um exemplo de excepção. Com efeito, as associações profissionais, sobretudo as de bibliotecários, como a American Library Association (ALA), a Association des Bibliothécaires Français (ABF) ou a britânica Library Association, lideraram o processo de formação durante muito tempo, sendo só na década de quarenta do século XX que o ensino universitário se pode considerar institucionalizado, quer nos Estados Unidos da América, quer na Europa.

A evolução da Biblioteconomia e o desenvolvimento de uma nova área profissional, designada por *Documentação*, cujos mentores foram os belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, particularmente após a criação do Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895, foi um factor que muito estimulou a inovação, quer ao nível da profissão, quer da própria formação⁹. Documentalistas e bibliotecários especializados passaram a constituir um novo grupo de profissionais com carácter essencialmente técnico e voltados, de forma decisiva, para os novos suportes de informação e para as questões da tecnologia. Foi, sem dúvida, por via desta corrente documentalista que, no final dos anos cinquenta do século XX, vimos surgir o conceito de *Information Science* e a sua aplicação nos contextos profissionais¹⁰. Concomitantemente, quase de imediato, surgem programas de estudos em Ciência da Informação, sobretudo nos Estados Unidos, estando, alguns deles, integrados em escolas de Biblioteconomia. Contudo, foi preciso esperar até aos anos setenta para se poder considerar que a área da Ciência da Informação estava implantada na formação académica.

A afirmação da Ciência da Informação nos meios universitários e nos contextos profissionais fez-se progressivamente com a participação efectiva dos bibliotecários e dos documentalistas, especialmente os que exerciam a sua actividade ligada

apêndice ao seu Manual de Paleografia e Diplomática, intitulado *Nozioni archivistiche generali*; e, em 1902, Ezio Sebastiani doutora-se na mesma universidade com uma tese intitulada *Genesi, concetto e natura giuridica degli archivi di Stato in Italia* (cf. BUCCI, Oddo – Il Processo evolutivo dell'archivistica e il suo insegnamento nell'Università di Macerata. In CONFERENZA INTERNAZIONALE, Macerata, 1990 – *L'Archivistica alle soglie del 2000: atti...* Macerata: Università, cop. 1992. ISBN 88 7663 123 3, p. 17-43).

⁸ No caso português, por exemplo, a formação de bibliotecários e arquivistas passou para a esfera da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, aquando da sua criação em 1911, sendo Portugal um dos países europeus que, desde bastante cedo, teve formação académica para este tipo de profissionais.

⁹ Sobre a acção de Paul Otlet e Henri La Fontaine, ver, por exemplo: RAYWARD, W. Boyd – The Origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). *JASIS – Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 289-300; RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle – P. Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science. *JASIS – Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 301-309.

¹⁰ Sobre o percurso conducente à afirmação da Ciência da Informação, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). ISBN 972-36-0622-4. cap. 2.

à informação científica e técnica, mas esse processo deixou, nitidamente, de fora o corpo profissional de arquivistas e de gestores de documentos (*records managers*). Por um lado, porque os arquivistas tradicionais, ligados aos “arquivos históricos”, continuavam na linha erudita e historicista, desenvolvendo uma actividade mais conotada com a cultura e o património do que com a dinâmica da informação; por outro, porque os gestores de documentos nos contextos organizacionais estavam muito marcados por uma visão administrativista e documental não fazendo, também, a aproximação com o mundo da informação. Este não envolvimento dos arquivistas no processo conducente à emergência da Ciência da Informação foi ainda acentuado após a criação do Conselho Internacional de Arquivos, em meados do século XX, pois este organismo favoreceu um certo corporativismo entre este grupo profissional, unido em torno de questões técnicas e de políticas de conservação do património documental.

Nos anos setenta, ao nível do ensino universitário, especialmente nos Estados Unidos da América, assiste-se a uma progressiva integração do ensino da Arquivística em escolas de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, mas esta aproximação é fruto de uma política de racionalização de recursos e não o resultado de uma fundamentação teórica e epistemológica unificadora de uma mesma área de estudos. O estímulo para a harmonização das formações dos bibliotecários, arquivistas, documentalistas e cientistas da informação surgiu, a partir de 1974, pela mão da UNESCO, conjugando esforços da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), da Federação Internacional de Documentação (FID) e do Conselho Internacional de Arquivos (CIA)¹¹. Mas, apesar destas preocupações internacionais e dos estudos desenvolvidos em torno do problema da harmonização da formação, os efeitos práticos foram muito pouco significativos¹². No caso da Arquivística, pode-se ainda dizer que a tendência para a harmonização se atenuou em finais da década de oitenta e que surgiu mesmo uma “corrente” defensora da autonomia disciplinar e da procura de uma identidade profissional específica.

¹¹ O movimento em favor da harmonização das formações culminou com o Colóquio realizado na Library Association, em Londres, no ano de 1987, organizado pela IFLA, a FID e o CIA e financiado pela própria Unesco (ver: INTERNATIONAL COLLOQUIUM, London, 1987 – *Harmonisation of education and training programmes for library, information and archival personnel: proceedings...* Ed. by Ian M. Johnson [et al.]. München [etc.]: K. G. Saur, 1989. 2 vol. (IFLA Publications; 49, 50). ISBN 3-598-21780-3. ISBN 3-598-21779-X).

¹² Carol Couture afirma que *apesar de toda a energia desdobrada em torno do conceito da harmonização e apesar da criação de duas escolas “harmonizadas”, uma no Senegal, a outra no Ghana, é preciso reconhecer que este conceito foi muito pouco aplicado e que o balanço dos organismos iniciadores conta mais publicações do que acções concretas* (cf. COUTURE, Carol – *La Formation et la recherche en Archivistique dans le monde: une étude comparative*. Colab. Jocelyne Martineau et Daniel Ducharme. Montréal: École de Bibliothéconomie et des Sciences de l’Information, Université de Montréal, 1999. p. 10).

Mas, apesar desta visão corporativista e, afinal, favorecedora da manutenção do modelo tradicional – pesem embora os esforços desenvolvidos para uma unificação disciplinar e profissional de arquivistas e gestores de documentos, subsidiários duma perspectiva mais integradora, baseada na ideia de um ciclo vital único dos documentos de arquivo e na necessidade de gerir todo esse *continuum* da produção informacional de forma integrada e sistemática¹³ –, a revolução tecnológica e digital tornou inevitável a mudança de paradigma e está a arrastar definitivamente a Arquivística para o campo da Ciência da Informação, já que o objecto de estudo e de trabalho é um só: a Informação.

Com efeito, se definirmos **Informação** como **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada**¹⁴, somos obrigados a rever criticamente a noção de “documento” e, por consequência, a de “Ciências Documentais”.

Passando da noção estática de “documento” (mensagens registadas num suporte material), que configura o objecto de estudo da Arquivística e das Ciências Documentais, para a noção dinâmica de “informação”, que atrás definimos, e que postulamos como objecto da Ciência da Informação, temos desde logo de aceitar que uma das múltiplas consequências que daí decorre é a da alteração profunda do perfil profissional de quem exerce actividade neste campo do saber. Logo, o tradicional arquivista, conservador de testemunhos ou guardador de documentos ao serviço da investigação, particularmente a histórica, terá de se assumir como um gestor e estruturador da informação, gerada, usada e acumulada como memória em qualquer contexto orgânico e funcional. A própria designação “arquivista” perde sentido se passarmos a falar de informação contextualizada e pensada sistemicamente, pois a distinção ou a fronteira entre arquivos, bibliotecas ou centros de documentação é ténue, imprecisa, ou mesmo desprovida de fundamento, e corresponde sobretudo a uma caracterização dos serviços/instituições (de grande cunho cultural e instituídos somente após a Revolução Francesa) que custodiam e gerem informação, as mais das vezes produzida em contextos orgânicos que lhes são alheios.

Naturalmente que este profissional da informação do século XXI carece de uma formação em novos moldes, alicerçada nos suportes teórico-metodológicos da

¹³ Esta perspectiva da Arquivística integrada surgiu, fundamentalmente, no Canadá e tem tido influência em diversos outros países, nomeadamente da Europa. Sobre o assunto é útil a leitura de: LOPES, Luís Carlos – *A Imagem e a sombra da Arquivística*. Rio de Janeiro; Montreal: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

¹⁴ Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação...* (op. cit.) p. 37.

Ciência da Informação¹⁵. Em breves palavras, poderá dizer-se que o modelo formativo que consideramos necessário para a renovação do perfil desse profissional deverá:

- combinar um conjunto de disciplinas nucleares da área da Ciência da Informação, de carácter obrigatório, com disciplinas de áreas interdisciplinares (Ciências Sociais e Humanas, Informática e Computação, Administração e Gestão), que constituem uma complementaridade indispensável;
- anular as separações artificiais entre pretensas especializações de “Arquivo” e “Biblioteca/Documentação”, por não haver justificação, do ponto de vista epistemológico, para tal distinção;
- fazer a síntese com a área dos Sistemas (Tecnológicos) de Informação, uma vez que, hoje, a tecnologia é absolutamente indissociável da Informação (na génese, uso e preservação).

Preparado no quadro deste modelo formativo, o arquivista da era pós-custodial, seja ainda designado desta forma ou venha a ter um título mais pós-moderno, será fundamentalmente um *Profissional da Informação*, com uma formação de base, suficientemente sólida e abrangente, que lhe permitirá exercer funções em qualquer contexto orgânico produtor/manipulador de fluxo informacional. Mas, estará devidamente preparado para actuar, também, em contextos de alguma especificidade, seja no âmbito de sistemas de informação organizacionais ou em serviços de arquivo especializados, porque o seu referencial teórico reporta sempre ao campo do saber que lhe dá identidade – a Ciência da Informação.

¹⁵ Para um maior desenvolvimento deste assunto, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – A Mudança de paradigma na formação BAD: um modelo formativo para a Ciência da Informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7, Porto, 2001 – *Informação: o desafio do futuro: actas do congresso*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows 98. Lisboa: BAD, 2001; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação...* (op. cit.) cap. 4.